

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.053 - SC (2019/0337428-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : IVETE SALETE ALBIEIRO  
**ADVOGADO** : FABIANA ROBERTA MATTANA CAVALLI - SC016109  
**RECORRIDO** : PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.  
**ADVOGADOS** : LODI MAURINO SODRE - SC009587  
MARARRÚBIA SODRÉ GOULART - SC017388  
RICARDO ZEFERINO GOULART - SC017739

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por IVETE SALETE ALBIEIRO com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ Fl. 432):

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DA SEGURADA. NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO AMPLAMENTE MOTIVADA. MÉRITO. PARTE AUTORA ACOMETIDA DE DOENÇA OCUPACIONAL. EQUIPARAÇÃO À ACIDENTE PESSOAL. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO 117/2004 DO CNSP E DA CIRCULAR 302/2005 DA SUSEP. PRECEDENTES. INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE E TOTAL POR DOENÇA - IFDP. COBERTURA RELACIONADA ÀS ENFERMIDADES QUE INVIABILIZEM O PLENO EXERCÍCIO DAS RELAÇÕES AUTÔNOMICAS DO SEGURADO. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO SE CONFUNDE COM A INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES LABORAIS. INEXISTÊNCIA, ADEMAIS, DE QUALQUER ALEGAÇÃO CONCERNENTE À PERDA DA AUTONOMIA DO SEGURADO. ALEGADA INFRINGÊNCIA AO DEVER DE INFORMAÇÃO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. OBRIGAÇÃO DE PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS SOBRE AS CONDIÇÕES DO CONTRATO, NESSE CASO, QUE RECAI SOBRE A ESTIPULANTE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados às fls. 491/495.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts.

2º, 3º, §2º, 4º, 6º, III, 14, 39, 46, 47, 51, I e IV, §1º e 54 do CDC; 19, 20, 21 da Lei 8.213/91; 166, 757, 760 e 801 do CC; 489, VI, 1.022 do CPC; 63 e 64 da Resolução 117/2004; 94 da Resolução 140/05 do CNSP; 97 da Circular 302/05 da SUSEP, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, além da negativa de prestação jurisdicional, que: (i) a seguradora seria responsável não só por fornecer informações ao estipulante, mas também ao segurado; (ii) houve descumprimento ao dever de informação clara ao consumidor quanto às cláusulas contratuais, o que denota prática abusiva.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Ademais, o inconformismo não pode ser conhecido quanto à suposta violação dos arts. 63 e 64 da Resolução 117/2004; 94 da Resolução 140/05 do CNSP; 97 da Circular 302/05 da SUSEP, pois esta Corte já consolidou o entendimento de que é incabível a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de resoluções, instruções normativas, portarias ou regimentos internos dos tribunais, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão "Lei Federal", constante da alínea "a" do inciso III

do artigo 105 da Constituição Federal.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. REFINANCIAMENTO DE CONTRATO. RESOLUÇÃO DO CMN E CIRCULAR DO BNDES. DISPOSIÇÕES NORMATIVAS QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. MULTA DIÁRIA. QUANTUM. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REFORMA DO JULGADO. NECESSIDADE DO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*1. Não é possível a interposição do recurso especial sob a alegação de violação a resolução, portaria, circulares e demais atos normativos de hierarquia inferior a decreto, por não revestirem o conceito de lei federal.*

*2. A falta de indicação dos dispositivos legais que teriam sido eventualmente violados faz incidir à hipótese o teor da Súmula 284 do STF, por analogia: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

*(...)*

*(AgInt no AREsp 1249205/RN, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 28/10/2019)*

Quanto à questão de fundo, o TJ-SC, soberano na análise do acervo fático-probatório, consignou que *"em se tratando de seguro de vida em grupo, contratado pela estipulante, o dever de informação é transferido a esta"* - (fl. 444).

Ocorre que sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta eg. Corte Superior firmou-se no sentido de que *"a seguradora deve sempre esclarecer previamente o consumidor e o estipulante (seguro em grupo) sobre os produtos que oferece e existem no mercado, prestando informações claras a respeito do tipo de*

*cobertura contratada e as suas consequências, de modo a não induzi-los em erro"* (AgInt no REsp 1644779/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 25/08/2017). Nessa linha de inteligência, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. ACIDENTES PESSOAIS. CLÁUSULAS LIMITATIVAS. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DEVER DE INFORMAÇÃO SOBRE CLÁUSULA RESTRITIVA. SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.*

(...)

*2. Ademais, o entendimento da Corte local sobre o dever da seguradora informar ao segurado consumidor sobre cláusula restritiva está em conformidade com a jurisprudência do STJ no sentido de que "a seguradora deve sempre esclarecer previamente o consumidor e o estipulante (seguro em grupo) sobre os produtos que oferece e existem no mercado, prestando informações claras a respeito do tipo de cobertura contratada e as suas consequências, de modo a não induzi-los em erro" (AgInt no REsp 1644779/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 25/08/2017).*

*3. Agravo interno não provido."*

(AgInt no AREsp 1427661/PR, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019 - grifou-se)

No tocante à validade da cláusula que condiciona o reconhecimento da Incapacidade Funcional Permanente por Doente à perda da existência autônoma, o STJ já firmou o entendimento de que *"Embora a cobertura IFPD (invalidéz funcional) seja bem mais restritiva que a cobertura ILPD (invalidéz profissional ou laboral), tal cláusula não é, em si mesma, abusiva. Contudo há que se ressaltar, que os consumidores devem ser previa e devidamente esclarecidos, prestando-se "informações claras a respeito do tipo de cobertura contratada e as suas consequências, de modo a não induzi-los em erro."* Nesse sentido, confira-se:

*"DIREITO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. INVALIDEZ. NEGATIVA DA*

SEGURADORA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO ANUAL. SÚM. 278/STJ, E ART. 206, PAR. 1º, INC. II, "B", DO CC/2002. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 7 E 83/STJ. COBERTURA IFPD (INVALIDEZ FUNCIONAL) NÃO É ABUSIVA EM SI MESMA, DESDE QUE OS CONSUMIDORES SEJAM PREVIAMENTE ESCLARECIDOS. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

**4. Embora a cobertura IFPD (invalidéz funcional) seja bem mais restritiva que a cobertura ILPD (invalidéz profissional ou laboral), tal cláusula não é, em si mesma, abusiva. Contudo há que se ressaltar, que os consumidores devem ser previa e devidamente esclarecidos, prestando-se "informações claras a respeito do tipo de cobertura contratada e as suas consequências, de modo a não induzi-los em erro." Tendo si consignado pelo Tribunal de origem a ocorrência de tal omissão, impõe-se o reconhecimento da abusividade e ofensa ao disposto no art. 46 do CDC. - Precedentes.**

(...)

**6. Agravo interno não provido."**

(AgInt no REsp 1646108/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 14/05/2018 - grifou-se)

No caso, verifica-se que a decisão recorrida, ao estabelecer a responsabilidade apenas da estipulante em cumprir com o dever de informação, não está de acordo com a jurisprudência do STJ quanto ao ponto.

No entanto, quanto à validade da cláusula que limita a cobertura contratual aos casos em que comprovada a IFPD, ou seja, quando há a perda da existência autônoma, a Corte de origem, com base na análise das cláusulas contratuais, dispôs que restou cumprido o dever de informação, sob a tese de que "*o conceito de 'perda da existência independente do segurado', previsto no §1º do aludido normativo, foi expressamente reproduzido nas cláusulas específicas do contrato de seguro celebrado entre as partes, o que permite asseverar que houve suficiente esclarecimento do consumidor*" - (fl. 442).

Assim, a pretensão de alterar tal entendimento, sob alegada ofensa aos dispositivos mencionados, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ. Nesse sentido,

confira-se:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. COBERTURA DE INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (IFPD). CIRCULAR SUSEP N. 302/2005. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO ACERCA DOS LIMITES DA COBERTURA. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Na Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD), a indenização se dará no caso de invalidez consequente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, ocorrida quando o quadro clínico incapacitante inviabilizar de forma irreversível o pleno exercício das relações autonômicas do segurado.*

*1.1. Não obstante o alcance da cobertura IFPD ser mais restritivo do que o da cobertura Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença (ILPD), inexistente abusividade, ilegalidade ou afronta ao princípio da boa-fé objetiva, porquanto não caracterizado nenhum benefício excessivo da seguradora em detrimento do segurado. Precedente.*

*2. Na espécie, não houve comprovação do prévio esclarecimento do segurado sobre o tipo de cobertura contratada e suas especificidades, a evidenciar o descumprimento do dever de informação. Assim, infirmar as conclusões do acórdão encontraria óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.*

*3. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 1272015/SC, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018 - grifou-se)

Por fim, tem-se que o conhecimento do apelo nobre pela alínea "c" do permissivo constitucional restou prejudicado, pois, conforme entendimento desta Corte, a Súmula n. 83 do STJ aplica-se aos recursos especiais interpostos com fundamento tanto na alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nessa linha de entendimento, confirmam-se os seguintes precedentes:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE*

ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS AO CRÉDITO RURAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. APLICABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

(...)

**3. Conforme o entendimento desta Corte, a Súmula n. 83 do STJ aplica-se a recursos especiais interpostos com fundamento tanto na alínea "c" quanto na alínea "a" do permissivo constitucional.**

**4. Agravo interno a que se nega provimento."**

(AgInt no AREsp 1301639/MG, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 15/10/2018 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE TRATAMENTO. PERÍODO DE CARÊNCIA. URGÊNCIA. ÍNDOLE ABUSIVA. DOENÇA PREEXISTENTE. AUSÊNCIA DE EXAMES CLÍNICOS. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO, AINDA QUE IMPLÍCITO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

**5. A Súmula 83 do STJ, consoante entendimento firmado nesta Corte Superior, é aplicável aos recursos especiais interpostos com base tanto na alínea "a" quanto na alínea "c" do permissivo constitucional, visto que a divergência nela referida relaciona-se com a interpretação da norma infraconstitucional.**

**6. Agravo interno não provido."**

(AgInt no AREsp 964.858/SP, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 17% (dezessete por cento) para 18% (dezoito por cento) sobre o valor da causa.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator